

A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA GRADUADA EM ARACAJU NA PRIMEIRA REPÚBLICA¹.

Terezinha Alves de Oliva²
Crislane Barbosa de Azevedo³

Este trabalho objetiva analisar o estabelecimento desses Grupos e o seu funcionamento na capital sergipana no início do regime republicano. Para tanto, além do levantamento e análise de fontes historiográficas, utilizou documentos como: Programas para o ensino primário nos Grupos, mensagens presidenciais (1911-1930), artigos de jornal e a legislação pertinente. A escolha pelo estudo da implantação dos Grupos Escolares em Aracaju deve-se ao fato de ser a capital do Estado a primeira cidade a instalar tais instituições, além de ter sido o lugar das mais numerosas realizações no campo educacional no Sergipe republicano. Aracaju concentrou as mais importantes escolas públicas e as melhores escolas particulares, que se transferiram de cidade do interior para a capital, na segunda década da República.

Recentes estudos mostram a existência de preocupações com a educação no Brasil, desde o período do Império⁴. Porém, é com a implantação da República, que os debates em torno das questões educacionais vão ser intensificados. O resultado dessas discussões será evidenciado na legislação do período em que a escola primária ganhará maior destaque. “Mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo” (SOUZA:2000, 104-121). No projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e regenerar a nação, será atribuída à educação popular. Conforme Carvalho, “a escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso.” (CARVALHO: 1989, 7). Além disso atribui-se à educação “um papel fundamental, dada a sua capacidade de disciplinar os indivíduos, pela introjeção de hábitos e pela vigilância sobre as suas condutas.” (ROCHA: 2000, 55-73).

A escola republicana apta a abrigar novos materiais didáticos, a proporcionar a coordenação e o controle dos profissionais do ensino e a atender aos novos objetivos estabelecidos, será consubstanciada nos Grupos Escolares. Estes, projetados para terem uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/CNPq.

² Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

³ Acadêmica do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe.

⁴ (FARIA FILHO: 2000, 135), (SCHUELER: 1999, 59-84), (BOTO: 1999) e (BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo, Pioneira, 1974 – citado em BOTO: 1999).

divisão do trabalho, viriam a se tornar símbolo dos valores republicanos, sendo preciso torna-los evidentes, exibi-los, solenizá-los (SOUZA: 1998,16).

Os Grupos Escolares foram implantadas com intuito de elevar a qualidade do ensino ministrado no Estado, atendendo aos preceitos estabelecidos pela pedagogia moderna pautada na racionalidade científica. São resultado de grandes mudanças nas escolas, pois têm como propósitos, dentre outras coisas, levar para o maior número de crianças o ensino e unificá-lo para que todos tivessem contato com as mesmas atividades, conteúdos, materiais didáticos, procedimentos metodológicos e logo as mesmas oportunidades.

Os primeiros Grupos Escolares foram implantados no Estado de São Paulo e datam do final do século XIX, momento em que os políticos e educadores passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar, constituindo-se essas instituições de ensino em escolas primárias graduadas, inaugurando uma nova cultura escolar, diferente daquela existente junto às escolas isoladas onde a cultura escolar misturava-se com a cultura do lar, uma vez que a instrução era ministrada na casa dos pais dos alunos ou na residência dos professores.

Os grupos escolares, conforme Klinke, consistiam no “Fruto de um processo de profundas e radicais transformações nas escolas, resultado no Brasil de uma consciência educativa inovadora” (KLINKE:2001). E Oliveira (2001) chama a atenção para o papel dessas instituições que permitiram a reorganização do ensino seriado e a reunião de crianças e professores no mesmo prédio e sob a única administração.

A implantação dos Grupos Escolares, em Aracaju, data de 1911, momento em que o presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação da instrução pública de Sergipe (SERGIPE. *Mensagem ... 07/09/1911*, p. 51) resolvendo frente a essa situação, empreender uma Reforma da Instrução Pública.⁵

Com esta Reforma, Dória afirma ter atendido tanto quanto possível ao que de mais moderno e proveitoso se tinha adotado em relação à educação, sempre observando a modéstia dos recursos do Estado. A pedagogia moderna representava aquilo que o presidente de Sergipe chamava de mais moderno e proveitoso em relação à educação. “Tal pedagogia permitiu definitivamente fazer da infância um objeto da política, o que garantiu à educação um lugar de destaque nas políticas governamentais.” (PAULA:1994, 145).

⁵ Decreto 563, de 03/08/1911.

Os grupos escolares passam, então, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana, cenário problemático, conforme Mendonça, o qual ainda na década de 1950, afirmava que a existência de áreas vazias, terrenos baldios intercalados entre os bairros mais importantes, os quais “são verdadeiros entraves ao progresso da cidade, além de representarem um capital morto, sem nenhum valor social”. (MENDONÇA: 1958, 23). Os dois Grupos Escolares de Sergipe, localizados em Aracaju foram: Grupo Escolar “Modelo” e Grupo Escolar Central”.

O Grupo Escolar Modelo, ligado à Escola Normal, possuía regulamentação própria e destinava-se à prática educativa. Nele os professores aprenderiam a trabalhar com o uso de novos materiais didáticos e com base no método de ensino intuitivo. “Os processos intuitivos, que estariam em constante aperfeiçoamento na Alemanha, na Suíça, e nos Estados Unidos, eram a base do ensino moderno.” (CARVALHO: 1989, 28).

O Grupo Escolar Central, inaugurado à rua Itabaiana, em 1914, passou a se chamar Grupo Escolar “General Siqueira” por sugestão do diretor da Instrução, Helvécio de Andrade. O novo prédio, elegante e confortável, segundo o *Correio de Aracaju*⁶, começou a funcionar no dia seguinte à sua inauguração.

Em 1918, afirmando não ter poupado esforços para o desenvolvimento na instrução pública, o presidente Oliveira Valladão, apresenta algumas realizações, dentre as quais a construção de Grupos Escolares no Estado, dos quais dois na capital sergipana: Grupo Escolar Barão de Maroim⁷ e Grupo Escolar General Valladão⁸.

Naquele ano, a capital passou a contar com quatro Grupos Escolares. A manutenção dessas instituições cabia ao Estado, mas elas também contavam com ajuda proporcionada pelas Caixas Escolares, que, no entanto, após um certo período de funcionamento entravam em decadência (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1923, p. 07) As caixas escolares eram mantidas pelo pagamento de uma taxa (simbólica) por sócios contribuintes, consistindo em “instituições civis destinadas a amparar e proteger a infância pobre, a quem minguem recursos para a aquisição de livros e utensílios necessários ao ensino” (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1920, p. 26)

⁶ *Correio de Aracaju*, 17/03/1914, n. 1124, p.1.

⁷ Decreto 653, de 03/07/1917.

⁸ Decreto 675, de 26/08/1918.

Nas mensagens presidenciais são muitos e freqüentes os elogios aos Grupos Escolares, o que não é visível em relação a todos os setores da instrução pública do Estado. Pereira Lobo, chega a declarar imprescindível a conversão das escolas isoladas de todo o Estado em grupos Escolares “incontestavelmente o typo que melhor satisfaz as exigências do nosso ensino” (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1921, p. 18).

Apesar disso, após os primeiros, seriam ainda necessários seis anos para que novos grupos fossem implantados em Aracaju. O primeiro deles foi o Grupo Escolar Manoel Luiz em 1924 e o segundo, Grupo Escolar José Augusto Ferraz em 1925. Este, situado no bairro Industrial e aquele na avenida Pedro Calazans. Esta demora na ereção de novos Grupos é atribuída à deficiência de recursos do Estado (SERGIPE. *Mensagem ...* 07/09/1921).

O ensino nos grupos escolares era feito em quatro anos que correspondiam às quatro classes. Estas, por sua vez, eram divididas em duas seções pelo menos conforme o adiantamento dos alunos, por exemplo “na 1ª secção do 1º anno os analphabetos ou com taes considerados, na 2ª os que tiverem principio de leitura, etc.” (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 3).

Quanto ao método de ensino utilizado, o presidente Pereira Lobo afirma, em 1919, que não é observado com o rigor devido, pela razão muito poderosa de que o “methodo intuitivo ora posto em pratica foi lançado sem propaganda e sem um chamamento regular de professoras a sua pratica e sua observancia. (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1919, p. 44). Em relação a esse problema, Helvécio de Andrade dá um testemunho: “não faz muito tempo que, passando, ouvi cantarem as creanças de um grupo escolar as taboadas, como há 50 annos!” (idem, p. 2/3).

O método de intuitivo, que deveria ser usado, refere-se à importância de prestar atenção aos processos de aprendizagem dos alunos e lança luzes sobre a importância da escola observar os ritmos de aprendizagem dos alunos, como nos lembra Faria Filho, que diz além disso que os seus defensores davam muita importância à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana (FARIA FILHO: 2000, 143).

Sobre o corpo docente, variam as opiniões. Em mensagem à Assembléia Legislativa, o presidente do Estado, coronel Pedro Freire de Carvalho, ao se referir aos professores do Grupo Escolar General Siqueira, afirmava que “[...] os professores, que nelle preleccionam o fazem sciente e consciente de cumprirem, devidamente o seu officio, tal o cunho de serena gravidade que lhes dá a organização do ensino como está sendo feita”. (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1914, p.16). Porém,

em outros momentos o que percebemos são inúmeras críticas ao comportamento de parte dos professores⁹.

Outros aspectos também aparecem como preocupações por parte dos responsáveis pela instrução pública, como a higiene escolar (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1923, p.8); a prática da educação física e as aulas de educação moral (*Correio de Aracaju*, 03/06/1917, p. 1) e (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1928, p.27/28) e a realização de festividades cívicas (SILVA: s.d.t, p.94), (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1927, p.7), (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1929) e (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1930). “O civismo era uma política nacional, tendo em vista incorporar valores, normas, hábitos, emblemas e mitos voltados para o ‘engrandecimento da Pátria’, bem como formatar o trabalhador para a fábrica, disciplinado, obediente às normas hierárquicas” (BORGES: 2001).

Um outro aspecto que merece destaque quanto aos Grupos Escolares é a sua arquitetura. Ao se referir, em 1914, às sedes dos Grupos, o Coronel Pedro Freire de Carvalho informa que “os edificios que lhe servem de scenario são reaes palacios que decoram a nossa capital com a sua architectura elegante de linhas bem conformadas.” (SERGIPE. *Mensagem...*07/09/1914, p. 15). “Programa educador, fundado sobre os valores de ordem, disciplina e vigilancia, a arquitetura escolar deveria expressar e instituir um discurso inovador, configurando-se, por essa via, em signo de modernização do ensino. Constituído de tópicos como localização, orientação, dimensões, disposição, esse discurso normativo põe em cena a importância da produção do espaço escolar na tessitura do espaço urbano.” (ROCHA: 2000, 55-73).

Podemos perceber traços da beleza arquitetônica dos Grupos através de um trecho de artigo publicado no *Diario da Manhã*, em 1917, onde há uma pequena descrição do prédio do Grupo Escolar Barão de Maroim, segundo a qual “As bellas linhas architectonicas, puro estylo grego, a escadaria central e as lateraes dando acesso a um elegante terraço, que circunda todo o edificio, dão lhe um nobre aspecto, tornando-o inexcédível em conforto. Tudo o que o mais exigente pedagogo possa reclamar para os grupos escolares, ali se encontra. Seis salões amplos, bem illuminados, com uma cubagem de ar acima da exigida e sempre renovada, soalhados com madeiras caras do nosso paiz, são separados por um vasto corredor central, construido em cimento armado. Latrinas e lavatorios estão decentemente installados e convenientemente divididos para os dois sexos. / O vestiario, as salas da directoria, secretaria e bibliotheca; o porão immenso, claro, bem

⁹ (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1919, p.43); (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1922, p.38); (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1927, p.06) e (SERGIPE. *Mensagem...* 07/09/1928, p.30).

ladrilhado, podendo prestar-se a varios fins; o espaçoso recreio onde serão montado um pequeno pavilhão para gymnastica; tudo está optimo e até ao menos entendido agrada.” (*Diario da Manhã*, 10/05/1917, n. 1771, p. 1). Os grupos escolares, portanto, “São construídos para serem vistos, admirados, reverenciados.” (FARIA FILHO: 1998, 141-159).

No momento de implantação dos Grupos Escolares, a instrução pública sergipana passava por inúmeras dificuldades. Nesse cenário, eles serão tidos como instituições modelares, constituindo-se no principal alvo das medidas governamentais no campo educacional, como mostra a preocupação com a formação dos professores, com a estrutura física dos prédios bem como as medidas relacionadas à higiene escolar e a educação moral e cívica.

Enfim, também na capital sergipana, os Grupos Escolares representam mudanças significativas no sistema educacional e mesmo que não tivessem posto fim aos seculares problemas da área, significaram um momento novo e a esperança de universalização da escola desde os inícios do século XX.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BORGES, Vera Lúcia A.. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Niterói, s.e., 2001.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. In: **Revista Brasileira de História**. V. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

CARVALHO, Marta Maria C. de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História; 127).

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150. (Coleção Historial; 6).

_____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. In: **Revista da Faculdade de Educação**. V. 24, n. 1, São Paulo, Jan/Jun-1998, p. 141-159.

KLINKE, Karina. A leitura nos Grupos Escolares de Minas Gerais – 1906 a 1927. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Niterói, s.e., 2001.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958. 210p.

OLIVEIRA, Maria Cecília M. de. O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro: História e Organização. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Niterói, s.e., 2001.

PAULA, David F. de. A infância e o Mundo Moderno. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**. Assis, 1994, v. 2, p. 141-150.

ROCHA, Heloisa Helena P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In: **Cadernos Cedes**. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 55-73.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História**. Set. 1999, v. 19, n. 37, São Paulo, p. 59-84.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. S.i., s.d., s.e., p. 93-97 e 150-165.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: **Cadernos Cedes**. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 104-121.

FONTES

TEXTOS:

ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Typ. D'O Luctador, 1931, 16p.

_____. **A escola e a nacionalidade**. Aracaju: Typ. D'O Luctador, abril/1931, 14p.

ANDRADE, Helvécio de. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado, em Novembro de 1926 – Instrução Publica: Necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal**. Aracaju: Typ. Do Sergipe Jornal, 1926.

ANDRADE, Helvécio de. **O Lar e a Escola** (conferência). Aracaju: Casa Ávila, Janeiro / 1931, 25p.

SERGIPE. **Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe – 1915**. Aracaju: Typ. do O Estado de Sergipe, 1915. 26p.

JORNAIS

O CORREIO DE ARACAJU - 1911-1922 / 1926-1930
DIÁRIO DA MANHÃ – 1911-1919

LEGISLAÇÃO

Decreto 563, de 12/08/1911
Decreto 653, de 03/07/1917
Decreto 675, de 26/08/1918

MENSAGENS

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 10ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1911, p. 50-64.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1913, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 11ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José de Siqueira Menezes. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1913, p. 14-18.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1914, na instalação da 1ª Sessão Ordinaria da 12ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1914, p. 15-17.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 13ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1919p. 42-47.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1920, p. 12-29.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju, (s.i.), 1921, p. 13-23.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1922, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju, (s.i.), 1922, p. 13-23.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 15ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Gracho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Official, 1923, p. 06-16.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 15ª legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Official, 1925, p 12-39.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Official, 1927, p. 05-19.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1928, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Official, 1928, p. 25-47.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1929, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Official, 1929, p. 15-37.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Official, 1930, p. 25-47, p. 30-59.